



40.ª Sessão do CDH

Intervenção no Segmento de Alto Nível de S. Exa. a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal

Senhora Vice-Presidente do Conselho,

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É para mim um privilégio intervir neste Segmento de Alto Nível do Conselho de Direitos Humanos, a instância fundamental do sistema das Nações Unidas para a promoção e proteção dos direitos humanos.

Tenho a honra de me dirigir a vós em **Português**, uma das línguas mais faladas no mundo, um importante ativo para a comunidade internacional que, esperamos se torne em breve língua oficial das Nações Unidas. Este é um dos objetivos prosseguidos pela **CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – organização que inscreveu o primado dos direitos humanos na sua declaração constitutiva e nos seus estatutos.

A presença, nesta sessão, do **Secretário Executivo da CPLP**, que gostaria de saudar, é reveladora da importância que a CPLP atribui à promoção dos direitos humanos no seio do espaço lusófono.

Gostaria, também, de dirigir uma palavra de especial reconhecimento à Senhora **Alta Comissária para os Direitos Humanos**, Michelle Bachelet, pelo modo como tem exercido as suas funções, e reafirmar que pode contar com o firme apoio de Portugal.



Senhora Vice-Presidente,

Queria aproveitar esta ocasião para partilhar convosco algumas das principais prioridades de Portugal em matéria de direitos humanos.

Em 2018, celebrámos o **70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos**, que coincidiu, em Portugal, com os **40 anos da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos**. Organizámos um ambicioso programa de comemorações destas efemérides sob o lema “Livres e Iguais”, inspirado no artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No âmbito das comemorações, entidades públicas e privadas mobilizaram-se para sensibilizar a população para a importância do respeito pelos direitos humanos, numa sociedade livre e democrática.

A realização universal dos direitos humanos é uma tarefa sempre inacabada. É inquestionável que, desde a assinatura da Declaração Universal, muito se avançou, mas o caminho a percorrer é ainda longo e novos desafios surgem perante nós.

Assistimos a uma alarmante erosão do princípio da universalidade dos direitos humanos. Em muitas partes do mundo os direitos humanos são postos em causa, violados ou reprimidos.

Portugal, mais do que nunca, defende a importância de um **sistema multilateral** de direitos humanos das Nações Unidas forte, independente e eficaz. O Painel de Alto Nível sobre *Mainstreaming* dedicado, este ano, ao tema dos “Direitos Humanos à luz do multilateralismo” é portanto da maior pertinência.



A Alta-Comissária para os Direitos Humanos; os Órgãos dos Tratados; e os Procedimentos Especiais; desempenham um papel essencial neste sistema de direitos humanos e merecem todo o nosso apoio. Os princípios da universalidade, imparcialidade, objetividade e não-seletividade devem guiar o trabalho deste Conselho.

O **Mecanismo de Revisão Periódica Universal**, atualmente no seu terceiro ciclo, tem um papel fundamental na promoção e na proteção dos direitos humanos. Portugal participará empenhadamente no seu **terceiro Exame Periódico Universal**, no próximo mês de maio.

Através de um diálogo aberto com os restantes Estados membros das Nações Unidas e atentos aos comentários da sociedade civil, teremos a oportunidade de explicar o que temos feito para honrar os compromissos assumidos em matéria de direitos humanos.

Senhora Vice-Presidente,

Permita-me algumas notas sobre as nossas prioridades na agenda de direitos humanos.

No ano em que se comemoram os **40 anos da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres**, a promoção dos **direitos das mulheres e a eliminação de todas as formas de discriminação** exigem uma atenção redobrada. Somos os primeiros a reconhecer que muito há por fazer.



Também em 2019 celebramos o **30º aniversário da Convenção dos Direitos da Criança**, um marco incontornável da História dos Direitos Humanos. Há ainda um longo caminho a percorrer para garantir os direitos daquelas que são, tantas vezes, as primeiras e mais vulneráveis vítimas de violações direitos humanos. Estamos particularmente empenhado neste processo.

Portugal, país pioneiro na **abolição da pena de morte**, continua a pugnar pela sua eliminação definitiva. Na 73.ª Assembleia Geral das Nações Unidas fomos um dos grandes defensores da resolução sobre uma moratória à pena de morte e foi com enorme satisfação que vimos esta resolução ser adotada com um número superior de votos favoráveis. É, portanto, com preocupação que registamos a intenção do governo do **Sri Lanka** retomar a sua aplicação. Esperamos que essa intenção não se concretize.

Para Portugal, país de origem e destino de migrantes, as **migrações** são um dos principais desafios e oportunidades do século XXI. Julgamos que só poderão ser encontradas soluções eficazes para os desafios migratórios no quadro de uma responsável e participada cooperação internacional. Estamos convictos que a execução dos **Compactos Globais para as Migrações e para os Refugiados**, aprovados em dezembro último, contribuirá decisivamente para alcançar este objetivo . Esperamos que com tempo todos os países adiram ao diálogo neste âmbito.

O cumprimento dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** é uma oportunidade única para avançar a realização universal dos direitos humanos. Em linha com a premissa central da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás, os ODS têm um tremendo potencial para contribuir para o combate às desigualdades e promover a realização dos direitos humanos para todos, sem distinção.



Os **jovens** são agentes fundamentais para a implementação da Agenda 2030, como recordou, em setembro de 2018, o Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, na cerimónia de lançamento da nova estratégia “Juventude 2030”, à qual nos associámos.

Em 1998, Portugal organizou a primeira **reunião de Ministros da Juventude** da qual resultou a “Declaração de Lisboa” que esteve na origem da consagração, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, do Dia Internacional da Juventude, que se celebra a 12 de agosto.

Volvidos 21 anos desde esta primeira conferência, é com muito gosto que vos anuncio que Portugal irá organizar, nos próximos dias 22 e 23 de junho, uma **segunda Conferência Mundial de Ministros da Juventude “Lisboa+21”, bem como um Fórum da Juventude**. Convido-vos a participar neste evento.

O **direito à educação**, incluindo à educação superior, não pode ser negligenciado. A título de exemplo, destacaria a **Plataforma Global de Apoio aos Estudantes Sírios**, uma iniciativa lançada pelo antigo Presidente da República Jorge Sampaio, através da qual Portugal continua a acolher dezenas de estudantes vítimas da guerra da Síria. Esta Plataforma concebeu um mecanismo para garantir o direito aos estudos por parte dos jovens refugiados de países em crise: o Mecanismo de Reação Rápida para o Ensino Superior em Situações de Emergência. Portugal tem apoiado este Mecanismo desde a primeira hora e convido outros a fazê-lo.

Reflexo da importância estratégica que atribuímos ao direito à educação para alcançar o desenvolvimento sustentável, Portugal irá copatrocinar, nesta sessão do Conselho, um evento paralelo promovido pelo Qatar sobre “Direito à Educação na Agenda 2030”.



Iremos também, conforme tem sido nossa prática habitual, apresentar uma **Resolução sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais** que este ano se debruçará sobre o papel dos DESC na capacitação das pessoas e na promoção da inclusividade e igualdade.

Senhora Vice-Presidente,

A situação na **Venezuela**, onde se assiste à reiterada violação dos direitos humanos e à deterioração da situação humanitária, preocupa-nos profundamente. Deixamos aqui um apelo para que seja garantido que as populações tenham acesso à ajuda humanitária de que tanto necessitam. O Governo Português, em linha com a posição da União Europeia, apelou no dia 26 de janeiro de 2019 à realização de eleições presidenciais livres, transparentes e credíveis, de acordo com as práticas democráticas internacionalmente aceites e no respeito da Constituição da Venezuela, para que possa finalmente ser ultrapassado o vazio político resultante da ilegitimidade do processo eleitoral de maio de 2018 e o conseqüente impasse político e profunda crise social. A crise da Venezuela só pode ter uma solução pacífica.

Na sessão do CDH que agora tem início dedicaremos uma especial atenção às violações e abusos de direitos humanos e do direito internacional humanitário, no **Mianmar, Síria, Coreia do Norte e Sudão do Sul**.

A escalada de violência nos **Territórios Palestinos Ocupados** nos últimos meses também requer a nossa melhor atenção. O impacto que esta violência tem nas crianças é especialmente preocupante.



Por fim, o **lémen**. O sofrimento de um país e de um povo a braços com a pior crise humanitária da atualidade, que afeta milhões de pessoas, não nos pode deixar indiferentes. Portugal espera que a retoma do diálogo político entre as partes envolvidas no conflito culmine num acordo capaz de alcançar uma paz sustentável.

Termino, Senhor Presidente, reiterando a confiança que Portugal deposita no Conselho de Direitos Humanos. Na linha da nossa tradição de criador de pontes, pautaremos a nossa atuação neste Conselho pelo diálogo construtivo e inclusivo para alcançar a realização universal dos direitos humanos, sem nunca abdicar dos nossos princípios e obrigações.

Muito obrigada.